

ATA DA 010ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h11, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Explicação Pessoal

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se ao ato público realizado pelos agricultores e produtores de suínos em Brasília.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Registra investimentos do governo estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0086/2012; 0197/2012; 0199/2012; 0253/2011; 0579/2011; 0215/2012; 0242/2012; 0240/2010; e Projeto de Resolução n. 0007/2012.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera a redação da tabela X da Lei Complementar n. 156, de 1997, alterada pela Lei Complementar n. 161, de 1997, que dispõe sobre o valor dos atos do tradutor e do intérprete.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal pelo processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR sim

DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DADO CHEREM sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO JOSÉ BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VALTER GALLINA	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim" nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

O projeto está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2012, de autoria do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal pelo processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO JOSÉ BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VALTER GALLINA	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim" nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto em segundo turno.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0334/2012, 0335/2012, 0336/2012 e 0337/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0338/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0339/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0340/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, e 0341/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0695/2012 e 0698/2012, de autoria da deputada Luciana Carminatti; 0696/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0697/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0699/2012, de autoria do deputado Edison Andrino; 0700/2012, 0701/2012, 0702/2012 e 0703/2012, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0704/2012, 0705/2012 e 0706/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Pedido de Informação n. 0060/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Justiça, pedindo informações sobre os beneficiários de auxílio alimentação (pessoa física) devidas pelo Poder Judiciário, dados relativos ao montante individual da dívida de cada credor, seja juiz ou servidor, em valores corrigidos e atualizados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, assomo à tribuna, na tarde de hoje, para registrar a atividade que acompanhamos, na última quinta-feira, com relação à mobilização, ao ato público realizado pelos agricultores e produtores de suínos em Brasília. Tanto a audiência pública no Senado quanto a caminhada e a audiência pública com o ministro da Agricultura, na minha avaliação, foram extremamente importantes.

É um setor que vem passando por uma crise muito profunda de perda de renda nas propriedades, principalmente os agricultores familiares. Os que têm uma produção menor estão sofrendo impactos muito grandes neste momento, em que o custo de produção vem aumentando, principalmente o milho e a soja. Tivemos alguns problemas com a exportação, com a crise internacional, com a venda da carne suína para fora do Brasil, e outra situação que sempre venho questionando é o aumento da produção.

Mais uma vez estamos acompanhando, nesse momento em que se fala em superoferta, em superprodução, os novos investimentos que estão sendo feitos, inclusive debatemos isso com o ministro da Agricultura, que precisa fazer uma moratória urgente dos investimentos em novas parcerias, em novos megaprojetos que vêm ampliando ainda mais a produção de suínos, enquanto muitos agricultores estão quebrando sua atividade.

Então, além dos debates, das discussões, tivemos importantes anúncios já destacados nas discussões nesta tribuna, na semana passada, reforçados e anunciados oficialmente pelo ministro Mendes Ribeiro, encaminhados também junto à nossa presidente da República, Dilma Rousseff. São iniciativas que o governo vem assumindo desde a renegociação das dívidas de custeio e investimento, ao menos o custeio para final de janeiro do ano que vem; os investimentos para a última prestação; uma subvenção de R\$ 0,40, como subsídio para auxiliar os agricultores. Além disso, recursos de R\$ 200 milhões para as

indústrias, supermercados e empresas poderem fazer estoque de carne suína.

Está sendo preparado um programa de compra de pequenos animais, de leitões, para tirá-los do mercado para não gerarem ainda mais prejuízo para os nossos agricultores e depois serão liberados na época das festas de final do ano.

Além disso, há todo um debate da reabertura de mercado, pois temos uma missão russa no país, que vem trabalhar a perspectiva da venda de carne suína para a Rússia e União Soviética. Além disso, há outras medidas que ainda estão sendo estudadas. E nesta semana deverão continuar as rodadas de negociação, discutindo novos pleitos, novas políticas e recursos para a compra dos mercados institucionais, da alimentação escolar, dos presídios e para o Programa Fome Zero, no sentido de incluir a carne suína nesses mercados. Então, quero dizer que foi muito positiva e importante a mobilização dos agricultores.

Srs. deputados, mais uma vez quero chamar atenção para o que já fizemos tantas e tantas vezes, que é alertar que esse modelo perverso de concentração da produção de altas tecnologias, sem discutir o custo disso e a renda do agricultor, não tem futuro. Infelizmente, estou vendo essa mesma situação na produção de leite, na agricultura familiar do nosso estado.

Então, precisamos urgentemente discutir políticas públicas, estratégias de desenvolvimento das cadeias produtivas, principalmente que têm a ver com pequenas propriedades, com a agricultura familiar.

Não é possível que os prefeitos municipais, que os governadores dos estados, que o governo federal, que nós, deputados, que somos responsáveis pela legislação, e o Congresso Nacional, que está discutindo a lei da integração no país, tenhamos que assistir de braços cruzados a esse modelo perverso concentrando a produção e excluindo a nossa agricultura familiar, e o mais grave, buscando dinheiro público do BNDES, do BRDE, dos bancos públicos, para financiar as

estratégias dos grandes grupos nacionais e multinacionais.

Isso é muito grave, porque está em jogo uma questão social e, no futuro, o pequeno agricultor. A agricultura familiar não tem espaço nesses mercados, nessas cadeias produtivas. E nós não podemos aceitar isso de braços cruzados. Precisamos agir e discutir políticas públicas e uma legislação que proteja o nosso agricultor, a nossa agricultura familiar. Por isso, não tenho dúvida de que esse é um grande desafio. Os agricultores estão se organizando, mobilizando-se, mas, este Parlamento, o governo do estado, o governo federal, também precisa fazer a sua parte, não apenas socorrendo o agricultor no momento de crise.

Nos bons momentos também precisamos discutir a estratégia desses setores produtivos, caso contrário, no futuro, a sociedade brasileira, o estado brasileiro, vai pagar essa conta depois que não tivermos mais o pequeno agricultor, a agricultura familiar que produz de forma mais barata, pois tem uma relação maior com a terra e possui meios para isso. Se abandonarem o meio rural, com certeza, a sociedade vai pagar mais caro, e o estado, aí, sim, vai ter que entrar com subsídios altíssimos para colocar comida na mesa do povo brasileiro.

Esse é o nosso apelo na busca de uma solução urgente ou pelo menos para que possamos começar a discutir essas políticas com relação ao leite, à horticultura, à fruticultura, para que esses setores não passem por esse drástico momento pelo qual passa a suinocultura e, principalmente, a nossa agricultura familiar, em regiões que têm ainda mais agricultores agrônomos, como, por exemplo, Braço do Norte, no sul do estado, Concórdia, Xavantina, Seara, no oeste catarinense, no extremo oeste, Itapiranga e Iporã do Oeste, que são regiões da pequena propriedade da agricultura familiar que ainda, a duras penas, mantêm-se e tentam resistir a uma cultura, a uma atividade que já é histórica, que vem de geração em geração

sendo conduzida pelos membros da família, como a suinocultura.

Então, foi nessa perspectiva que acompanhamos a mobilização dos suinocultores nas negociações, em Brasília. E no dia de amanhã, no final da tarde, teremos uma reunião neste Parlamento para discutir as medidas que o governo do estado e esta Casa também podem tomar para contribuir com essa categoria tão importante, que são os nossos suinocultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense na tarde de hoje, venho aqui para registrar esses momentos importantes e históricos da vida do povo de Santa Catarina, porque hoje, às 10h, foi feito o lançamento, pelo governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, de R\$ 611 milhões para Santa Catarina, sendo que foram contemplados todos os cantos do estado. De norte a sul, de sul a oeste, todo o estado foi contemplado com R\$ 611 milhões.

Há muitos anos que os governadores, é claro, querem fazer obras. Agora, fazer a recuperação de uma obra já existente é difícil porque somente se recupera. O recapeamento é outro tapete preto novo, mas é feito em cima de uma obra que já existia. Então, ele não dá uma dimensão muito grande e os governos têm alguma dificuldade. Mas não é o caso do governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, que estão aplicando R\$ 611 milhões em vários segmentos importantes, como a questão da estiagem, da cheia no vale do Itajaí e da recuperação das estradas estaduais.

Então, isso tem que ser registrado, sim, porque é importante para Santa Catarina. Conseguimos contemplar a BR-101 a Passo de Torres, a rodovia de Sombrio a Jacinto Machado e a de

Araranguá a Meleiro, a SC-449. E aí haverá outras recuperações no sul do estado que são importantes e fundamentais para a questão viária do estado de Santa Catarina.

As SCs vão receber um investimento extraordinário. Hoje o nosso estado está em segundo lugar em número de acidentes do país, perdendo somente para Minas Gerais. Como o estado de Minas Gerais é muito maior que o nosso, evidentemente que Santa Catarina é a campeã em acidentes. E aí aquelas questões das estradas que comprometem e causam acidentes vão ser corrigidas. Além de serem recuperados, vão ser corrigidos os pontos críticos das estradas estaduais em Santa Catarina.

Então, quero aqui, primeiro, cumprimentar o Parlamento, porque aprovou o projeto com muita precisão, e depois o governo do estado, que coloca isso no bom andamento para Santa Catarina.

O Parlamento acabou de aprovar R\$ 3 bilhões de investimentos para Santa Catarina, e muito desses investimentos são para obras. Aí, sim, é para a realização de obras ainda não pavimentadas e também nos quatro cantos do estado. São recursos para a infraestrutura, segurança pública, defesa civil.

Eu tive a honra de ser prefeito de Araranguá em 1982 e já tinha como meta trabalhar a questão da BR-101, obra mais importante de Santa Catarina. Obra que vai ligar os balneários Passos de Torres, Gaivota, Arroio do Silva, Morro dos Conventos, Jaguaruna e o balneário da bela e grande cidade de Laguna, cidade de Anita Garibaldi. E com muita luta no governo de Luiz Henrique da Silveira conseguimos 20 Km, Laguna/Camacho.

Estão trabalhando, e a obra está quase concluída. E agora para a alegria daquele que trabalha já há 29 anos em defesa da Interpraias, 29 anos de luta, de mobilização, de trabalho, nós podemos dizer que o governador vai contemplar a Interpraias com os R\$ 3 bilhões. Evidentemente que não vai contemplar toda a Interpraias. Mas, com certeza, está aí trabalhado para R\$ 150 milhões. Os R\$ 3 bilhões não são recursos que entraram aqui

no estado a fundo perdido. É um financiamento de longo prazo, com juros muito baratos e que o governo tem que pagar. Por isso, tem que fazer obras onde se tenha resposta e retorno imediato. E a Interpraias, com certeza, é investimento de retorno imediato, que vai se transformar na maior indústria do sul do estado, que é a indústria do turismo.

Com certeza, vamos contemplar um potencial sem limite do turismo. Estamos fazendo a Serra do Faxinal, que liga a cidade dos *Canyons*, Praia Grande, Itaimbezinho, Canela, Gramado, Caxias do Sul. Agora vai ser licitada a BR-285, que liga São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacarias, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina. Só faltam 25Km. E agora vai sair a licença e será licitada.

Então, Santa Catarina vai se transformar num canteiro de obras. E o governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira tem tudo aprovado por este Parlamento, com a responsabilidade da base do governo que tem feito de tudo para que o governo possa cumprir a sua missão e ter muito sucesso.

Por isso, a Interpraias, deputado Edison Andrino, sei que v.exa. é apaixonado por turismo, será a obra mais importante para o turismo no sul do estado. A Interpraias transforma num potencial turístico sem limite o nosso sul. E v.exa. que é ligado ao turismo, com certeza, vai estar ajudando, vai estar lá presente para vivermos esse momento histórico de Santa Catarina. Não tenho dúvida nenhuma. E quero agradecer ao Parlamento porque sei que vai contribuir com esse momento histórico.

Com certeza vou passar noites podendo dormir, porque acordo à noite lembrando que se eu não realizar essa obra, a minha vida, os meus 30 anos políticos não têm sentido, porque essa obra, na minha concepção, é mais importante do que a BR-101. A BR-101 é importante, mas é um corredor, e a Interpraias é um investimento, é retorno imediato.

Por isso, quero deixar registrado nos anais desta Casa a minha luta de 30 anos buscando essa obra que é fundamental para desenvolver uma região

que ainda é considerada a mais pobre de Santa Catarina. Mas em poucos anos vamos ser uma região respeitada, que gera emprego, que gera renda.

Tenho convicção de que valeu a pena a luta, o trabalho, a responsabilidade e a lealdade com o povo e com a região. É com esse espírito que estou deixando registrado esse momento histórico para o sul do estado.

Vamos ter a barragem do Rio do Salto, o aeroporto de Imbituba, o de Jaguaruna. Enfim, vamo-nos transformar num potencial turístico sem limites, ligando Canela, Gramado, Araranguá ao sul do estado, ligando toda a serra do norte, Argentina, Uruguai, Paraguai a Araranguá. Quer dizer, vamos tornar um grande polo turístico o sul do estado, que já é um estado mais preparado para receber o turista...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gançalves)-  
Continua livre a palavra a todos os srs.  
deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, quer agradecer aos funcionários da Casa que prestaram serviços durante a sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.